

SESSÕES DO PLENÁRIO

73ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de agosto de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(56)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Bira Corôa comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões

dos dias 18 e 25/05 e 10 e 29/06/2015.

Do Deputado Zé Raimundo comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 29/06/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, caros colegas deputados, o deputado Luciano Simões Filho está propondo a CPI das obras inacabadas.

De antemão, quero dizer ao meu líder, deputado Sandro Régis, que, ao assinar qualquer documento, não me peça para retirar a minha assinatura. Quando um cidadão assina um documento e não sustenta; não tem firmeza, é porque não sabe o que está assinando; não sabe o que está fazendo.

Ora! O cidadão é eleito para vir a esta Casa, assina um documento e recebe uma contraordem para retirar a sua assinatura. Meu caro líder, Sandro Régis, se em algum momento V. Ex^a pensar em pedir para que eu retire a minha assinatura, seja em qualquer documento, não o faça para não passar por constrangimento. Eu, pelo constrangimento de lhe dizer não e V. Ex^a pelo constrangimento de pedir-me alguma coisa que jamais me submeteria a fazer. Mas, infelizmente, cada deputado é dono do seu mandato, do seu nariz, da sua cabeça e faz o que melhor lhe aprouver. É uma pena que ainda existam parlamentares que se agachem dessa maneira; que assinem um documento de uma CPI e recebem de cima uma contraordem e vai correndo retirar a assinatura. Eu posso não assinar, atendendo um pedido do líder. Mas, depois que eu assinar, ele não ouse me pedir que retire a assinatura, pois não atenderei ao seu pedido.

Sr. Presidente, (Lê): “Trago a esta tribuna, hoje, uma denúncia estarrecedora baseado num trabalho sério e competente do jornalista Pablo Reis, colunista do site Aratu Online no blogdepablореis: uma média de 73 pessoas morrem na Bahia, POR DIA, no nosso sistema público de saúde, 80 por cento por falta do devido tratamento em leitos de alta complexidade, principalmente à espera de uma vaga de UTI.

Vou repetir: Há uma média de 73 mortes por dia, na Bahia, por deficiência no nosso sistema público de saúde. Este número absurdo, senhores, não saiu da cabeça de Pablo Reis. O jornalista se baseou exatamente em dados da própria Secretaria da Saúde do Estado da Bahia e do DATA SUS para trazer a público uma realidade extremamente cruel que está sendo vivida pelos baianos, principalmente os mais necessitados.

Os dados colhidos pelo jornalista revelam que aconteceram 26.543 mortes no ano passado e até maio deste ano, 2015, foram 11.444. Vou repetir: foram mais de 26 mil mortes no ano passado e mais de 11 apenas nos cinco primeiros meses de 2015. Ou seja, em um ano e cinco meses, 37.987 mortes na Bahia por deficiência na

assistência no sistema público de saúde. É ou não é estarrecedor?

Em outro trecho da matéria publicada no blog, o jornalista Pablo Reis diz o seguinte:

“Não há uma estatística precisa da falta de leitos de UTI. Os próprios especialistas consideram aceitável que 80% se referem a pedidos de alta complexidade. Em outras palavras, mais de 2000 baianos, a cada mês, encontraram a morte antes ganharem uma vaga em um leito de alta complexidade.

Outro trecho da reportagem: Em uma tarde, observando a tela do software que monitora a regulação, é possível ver 134 registros vermelhos de pessoas em emergência, aguardando transferência para UTI, cirurgia ou qualquer outro procedimento de alta complexidade, quando o número de vagas é zero.

Relata, ainda, o jornalista Pablo Reis: O número de leitos de UTIs na Bahia oscila em torno de 2500, sendo que 1500 são pelo SUS e 1000 não-SUS. Enquanto isso, a Sesab contabiliza 1300 novos pacientes a cada dia no sistema.”

Sr. Presidente, o novo Secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas Boas, não tem culpa desta situação, desta realidade. Isso é uma herança maldita do próprio governo do Partido dos Trabalhadores na Bahia.

(Lê): *“Não estou trazendo a denúncia para a Assembléia Legislativa para tentar tirar proveito como opositorista. Muito pelo contrário: minha intenção é sensibilizar a todos, nesta Casa, no Poder Executivo, na sociedade organizada, no sentido de que, juntos, unidos, possamos lutar urgentemente para modificar essa realidade. Temos que nos unir, temos que nos mobilizar porque não pode haver justificativa, não pode haver explicação para tantas mortes. Tem que haver é uma ação prioritária, emergencial, solidária, cristã, para livrar tantos baianos de um índice tão elevado de mortes por falta de assistência.”*

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem pelo tempo de 5 minutos.

Srs. Deputados, vamos cumprir os 5 minutos, porque nós estamos no Pequeno Expediente.

HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, visitantes que ocupam as galerias desta Assembleia, saiu um resultado que merece uma reflexão, de todos nós, em relação ao ENEM, ao desempenho das escolas no Estado da Bahia. Haveremos de mudar o Brasil, de transformar a pátria com educação.

Semana passada eu fui a Ilhéus, assisti uma palestra do ex-secretário de Cultura de Medellín, Jorge Melguizo. Lá ele mostrou que foi possível transformar Medellín de cidade mais violenta do mundo para eleita, em 2013, como a cidade mais criativa do mundo. E, meu querido deputado Euclides, da vizinha querida cidade de Jequié,

um Secretário de Cultura mudou a violência em Medellin. Não foi um secretário de Segurança Pública, foi um secretário de Cultura. E a mudança aconteceu com livros, música, boa escola, esporte e educação. Algo extraordinário.

É possível melhorar a Educação da Bahia. Durante a campanha eleitoral, conversando com o ex-governador Paulo Souto, mostrei-lhe o extraordinário desempenho dos colégios militares na Bahia. E aqui eu tenho, para mostrar como exemplo, a informação que, em Vitória da Conquista, o Colégio Militar ficou em primeiro lugar dentre as demais escolas públicas da cidade. E no contexto estadual, entre os 642 colégios avaliados na Bahia, o Colégio Militar de Vitória da Conquista é o de número 65. O que demonstra que é possível mudar. Os mesmos professores dos colégios militares estão na rede pública estadual. Mas, conforme o professor Edivan Ferreira, autor do livro Um Problema de Gestão, faltam autoridade e vontade em nossas escolas.

Nós queremos lembrar que, em função do resultado pífio de nossas escolas no Enem, precisamos pensar na Lei de Responsabilidade Educacional para obrigar os prefeitos a seguir o exemplo do prefeito de Licínio de Almeida, porque, lá, não existe, no ensino fundamental, nenhuma escola da iniciativa privada. Em Licínio de Almeida, as escolas são públicas e elas obtêm um desempenho extraordinário na educação.

É uma pena que a minha cidade Vitória da Conquista complete, no próximo ano, 20 anos de governo do PT. E temos um dos piores desempenho do ensino fundamental do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. E eu defendo a Lei de Responsabilidade Educacional, pois a mesma pode obrigar os gestores a acompanhar as escolas.

Assim lembra muito bem o professor Edivan Ferreira, o escritor, quando relata o fato de que, à época de D. Pedro II, o próprio imperador ia à escola inquerir os alunos e os professores, a fim de procurar saber se, realmente, o conteúdo estava sendo assimilado pelo alunado.

Hoje, nós não temos mais a atenção dos gestores. Os prefeitos, sequer, conhecem as suas escolas. E o governo do Estado da Bahia tem uma política que coloca as nossas escolas, sempre, em um plano inferior. Não há prioridade para podermos transformar, verdadeiramente, a educação como se fez em Medellín, na Colômbia, de cidade mais violenta do mundo para a cidade mais criativa do mundo.

Portanto são dados que merecem a nossa reflexão.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra deputado Luciano pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Sr.

Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados.

Venho, hoje, a esta tribuna fazer um esclarecimento assim como já o fiz em pronunciamentos anteriores. No entanto, vale a pena reforçar.

Quanto ao requerimento de instalação de nossa CPI, este pedido está firme e já está nas mãos do presidente Marcelo Nilo, a fim de fazer o julgamento jurídico da instalação ou não desta CPI. Do meu ponto de vista e do ponto de vista da nossa Bancada de Oposição, existem os requisitos necessários, quais sejam, o número mínimo são de 21 assinaturas, mais o fato determinado e específico contidos.

Cabe um esclarecimento quanto ao fato veiculado na imprensa acerca da assinatura da deputada Ivana Bastos. Ela, nunca, assinou o requerimento para a instalação desta CPI. O que houve foi um mal entendido quanto à assinatura do deputado Jânio Natal, pois este acabou fazendo uma rubrica no espaço do nome da deputada Ivana Bastos.

Mas venho falar, hoje, nesta tribuna, sobre a análise feita pelos técnicos do Tribunal de Contas do Estado no contrato da parceria público-privada firmado entre o governo baiano e a Fonte Nova Participações.

Através da equipe técnica do Tribunal de Contas, foi identificado um sobrepreço de mais de R\$ 390 milhões. E, pela Controladoria-Geral da União, foi identificado quase R\$ 110 milhões de lucros extraordinários e tal item foi detectado pela equipe técnica. O voto do conselheiro Pedro Lino foi lido no último dia 4 de agosto na sessão quando a Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, com assento naquela corte, pediu vistas.

Vale lembrar, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, o fato de que o Tribunal de Contas do Estado da Bahia é um órgão auxiliar desta Casa.

E, como representante da Bancada de Oposição, venho, aqui, em nome do nosso Líder Sandro Régis, dizer que nós fizemos um requerimento ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia solicitando mais informações, especificadamente, dessa irregularidade que foi identificada pelo conselheiro Pedro Lino. O conselheiro Pedro Lino, no seu voto, solicitou a suspensão do repasse feito pelo governo do Estado à Arena Fonte Nova. Um repasse, deputado Adolfo Viana, de R\$ 9,9 milhões por mês à Arena Fonte Nova. Complementando a informação: o Estado paga cerca de R\$ 99 milhões/ano em repasses mensais à Arena Fonte Nova, acima dos R\$ 82 milhões que a CGU acha que seriam suficientes, a título de contrapartida pela construção e gerenciamento da arena. Além disso, Pedro Lino pediu que os autos fossem enviados ao CGU e ao Tribunal de Contas da União quanto a esse fato. O material já foi entregue à Polícia Federal, que abriu inquérito quanto às irregularidades da Copa do Mundo de 2014. Um dos pontos que mais chamaram a atenção dos auditores foi o tipo de PPP, o tipo de parceria público-privada que regeu o contrato. Pelas regras do edital, explicou Pedro Lino, as empresas que disputassem o procedimento licitatório precisariam dispor dos recursos para construir estádios ou ter crédito e garantias para conseguir o financiamento no mercado, mas foi o Estado que tomou R\$ 323 milhões emprestados do BNDES, dando garantia do Fundo de Participação do Estado, e

repassou à Arena Fonte Nova, que recebeu, no mais, R\$ 50 milhões de financiamento da Desenhahia.

Então, fora o BNDES, a Arena Fonte Nova recebeu mais R\$ 50 milhões da Desenhahia, banco de fomento do Estado. Deputados Hildécio, Herzem, Pablo e meu Líder Sandro Régis, esse requerimento já está sendo preparado pela nossa Bancada e iremos solicitar ao Tribunal de Contas mais informações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Adolfo Menezes, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, volto a esta tribuna para falar da querida região cacaueira e de seu principal problema, que é o endividamento da lavoura cacaueira, dos produtores, que continuam sem solução. Produtores rurais com várias hipotecas não conseguem ter um caminho para renegociar essas dívidas, sobretudo junto ao Banco do Brasil.

Essa questão é de suma importância para o desenvolvimento da região cacaueira. No momento em que o produtor precisa investir na sua lavoura, adubar, podar a sua propriedade, dar os tratos culturais, o produtor de cacau do nosso Estado entra mais um ano sem a mínima condição de cuidar da sua lavoura.

Juntando-se a isso – Líder Sandro Régis, eu gostaria de ter a atenção de V.Ex^a em relação a este assunto –, uma questão que vem prejudicando, e muito, a região cacaueira, que tem achatado os preços do principal produto daquela região, o cacau, é a questão do drawback. Essa medida foi tomada num momento em que a produção de cacau não era suficiente para abastecer a indústria. O governo federal autorizou a importação, mas o drawback, hoje, está servindo para achatá-lo o preço do cacau.

Hoje estive com alguns produtores. O preço do cacau, deputado Sandro Régis, está em torno de R\$ 120. Eles me asseguraram que, se não fossem essas importações, seguramente, o preço do cacau ultrapassaria os R\$ 150.

Então, essa é uma medida simples, relativamente simples, deputado Bira Corôa. Esta questão é notória na região cacaueira. Como o governo federal tomou a decisão de liberar essas importações, agora é o momento de fechar a torneira e deixar que a produção nacional abasteça as nossas indústrias.

Será uma ajuda importantíssima para aquela região. E nós, como representantes da região cacaueira, não podemos deixar que essa medida do governo – que no primeiro momento foi necessária, porque as indústrias precisavam do cacau – continue. Mas agora, efetivamente, vem prejudicando a região cacaueira e achatando o preço do cacau naquela região.

A região do cacau sofre com o endividamento, que cresce a cada ano, mas o governo federal não se sensibiliza para encontrar o mecanismo e resolver o endividamento do produtor rural daquela região. Juntam-se a isso medidas que foram

anunciadas há algum tempo, deputado Carlos Geilson, que criaram grande expectativa na região cacauzeira, como foi o Porto Sul.

Em 2008, o presidente Lula anunciou essa obra no município de Ilhéus. E até hoje, infelizmente – quem é da região cacauzeira sabe o que estou dizendo –, essa obra não começou. Deveria ter sido inaugurada em 2011, deputado Herzem, depois em 2012, em 2013, e até hoje a região espera por essa obra importante para a região aquela região.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, deputado Marquinho, V.Ex^a, que é o maior defensor do governo nesta Casa, pelo REDA e pelos 3 quilos de peixe no aquário de Barra da Estiva, debruçando hoje no Diário Oficial, deparei, deputado Herzem Gusmão, com a contratação de quase 150 REDAs pelo Detran com um único critério de seleção: a análise curricular. Esse fato ocorre em um momento de crise, em que se fala de redução de custos, de redução de secretariado, quando os deputados da base não estão tendo nada do governo! Deputado Bira Corôa, nestes momentos difíceis pelos quais o País atravessa, o Detran anuncia quase 150 contratações pelo REDA por análise curricular.

Ora, todos sabem que, mesmo com o REDA, deputado Pablo Barrozo, tem de haver processo seletivo. Isso cheira a cabide eleitoral. Deve ser o PTN, na pessoa do diretor- geral, com o objetivo de usar o Detran para cabide eleitoral. Quase 150 REDAs sem qualquer tipo de critério, sem nenhum teste seletivo, apenas análise curricular. Hoje todos falam em redução de despesa, o setor público vive uma dificuldade tamanha no seu orçamento e o Estado não consegue pagar as suas contas, sinaliza até redução e não nomeações, e o Detran, através da Diretoria-Geral, faz a verdadeira farra com os REDAs neste momento difícil pelo qual o País atravessa.

Agora, o difícil é entender, deputado Adolfo Menezes, V.Ex^a que é o 1º Vice-Presidente desta Casa, V.Ex^a que tem a obrigação de zelar pela conduta da Assembleia e pelas funções do Parlamento, a Assembleia já requereu ao Detran, através da Bancada de Oposição, alguns ofícios. Requeremos, deputada Ivana Bastos, para nada, para sabermos como funcionam os contratos com os entes privados no Detran e até agora o Detran não se pronunciou na pessoa do seu diretor-geral. Faz o inverso, em vez de procurar otimizar os seus custos para promover um bom serviço e se adequar ao novo momento que o País vive de recessão, de dificuldades financeiras, não, o Detran contrata, Srs. Parlamentares, quase 150 Redas sem nenhum tipo de processo seletivo, apenas análise curricular.

Quais os critérios dessa análise curricular? Quais são os critérios para se

contratar esse REDAs? Até aqui na Assembleia teve prova, teve concurso de REDAs, porque é assim que o novo momento do Brasil exige, mesmo sendo REDAs tem que haver concurso, tem que haver a capacitação do profissional para ocupar o cargo. E o Detran, deputado Alex Lima, faz essa farra.

Tenho certeza que V.Ex^a não subirá à tribuna para defender, porque V.Ex^a, acima de ser parlamentar do PTN, V. Ex^a vem, através do seu mandato, defendendo o povo da Bahia e respeitando os baianos. É por isso que tenho certeza que V.Ex^a não subirá a esta tribuna para defender a farra dos REDAs do Detran.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, inicialmente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizar todos os pais pela passagem ontem, domingo, do Dia dos Pais.

Deputado Sandro Régis, eu gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento que V.Ex^a fez nesta tarde de segunda-feira. Nós estamos cobrando e esperando há mais de um mês os contratos do Detran que o superintendente Maurício Bacelar insiste em não mandar para este Parlamento.

O deputado Sandro Régis traz, deputado Adolfo Menezes, uma folha do Diário Oficial em que o Detran contratará mais de 120 funcionários através de avaliação curricular. Serei bem claro para os parlamentares: a avaliação curricular quem fará é o superintendente do Detran o senhor Maurício Bacelar. E esta Casa que se omite de suas responsabilidades, uma vez que solicitou ao Detran os contratos, e o superintendente não encaminha, estará desmoralizada se não tomar uma posição firme para ter acesso a eles e cumprir com a sua obrigação. É obrigação deste Parlamento fiscalizar as ações do governo do Estado e também do Departamento Estadual de Trânsito.

A Lei da Transparência está aí. Como posso aceitar calado, deputado Adolfo Menezes, que o superintendente do Detran seja provocado por mais de 20 parlamentares, querendo terem acesso aos contratos – e muitos deles não foi nem ele quem firmou –, e ele faz ouvidos moucos para esta Assembleia Legislativa. Os deputados da Base do governo fingem que não estão ouvindo o que muitos parlamentares vêm falando desta tribuna! Se V.Ex^{as} aceitarem que o superintendente do Detran não encaminhe os contratos para que esta Casa os avalie estaremos correndo o risco de, mais uma vez, deixar o Poder Legislativo agachado!

Mas não estaremos agachando o Poder Legislativo para o Poder Executivo, não. Agora, V.Ex^{as} vão agachar o Poder Legislativo para o superintendente do Detran, deputada Fabíola Mansur. É inaceitável que os parlamentares não exijam que o superintendente encaminhe os contratos para esta Casa! Se não existem

irregularidades nesses contratos, mais um motivo para que sejam encaminhados, para que possamos ter a certeza de que as coisas estão no caminho certo.

O que não podemos é não cumprir com a nossa obrigação, é virarmos as costas para as nossas atribuições, deputada e querida amiga, Ivana Bastos. O que solicitamos é muito simples: ter acesso à informação. E essa é uma lei federal, que diz que a Lei da Transparência tem que ser executada.

Líder Sandro Régis, parabenizo V.Ex^a pelo discurso, mas também pela firmeza com que vem conduzindo a Bancada da Oposição. Se a Bancada governista não tem interesse em fiscalizar o governo, a minha preocupação passa a dobrar, deputado Carlos Geilson, porque se fosse V.Ex^a o superintendente do Detran e um parlamentar questionasse os andamentos dos contratos, tenho certeza que V.Ex^a faria questão de esclarecer o mais rapidamente possível! E quem prefere ficar sob suspeita é porque pode ser que tenha algo a preservar.

Então, senhoras e senhores parlamentares, tenho certeza de que o Líder Sandro Régis, junto com o Líder da Bancada do governo, deputado Zé Neto, que acaba de chegar a este Plenário, vão entrar em acordo e vamos ter acesso aos contratos do Detran. O deputado Sandro Régis já conseguiu as assinaturas dos deputados da Oposição, deputado Zé Neto, e V.Ex^a tem, agora, a responsabilidade com este Poder Legislativo de solicitar, junto com a Bancada da Oposição, os contratos que geram dúvidas aos parlamentares desta Casa e que são conduzidos pelo atual Departamento Estadual de Trânsito da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

E quero provocar a nossa Mesa Diretora, da qual faz parte V.Ex^a que hoje preside a sessão: não podemos permitir que esta Casa Legislativa fique desmoralizada.

Cobrarei aqui diariamente, semanalmente, até que os contratos que estão no Detran sejam trazidos para serem avaliados por esta Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bira Corôa. (Pausa.) O deputado Bira Corôa desistiu.

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Bira Corôa:- Não desisti, apenas trocamos a ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários, imprensa, como Líder do PSB, venho, hoje, a esta tribuna para fazer, nesta Casa, uma homenagem ao quinquentenário de nascimento, caso

estivesse vivo, do nosso eterno presidente do partido e, quiçá, por nossa vontade, tivesse sido presidente da República deste País: Eduardo Campos.

Estive, agora, em Recife para lembrarmos Eduardo Campos com as presenças de seus familiares, Renata e seus 5 filhos, mais as presenças de muitos governadores como o da Paraíba, Ricardo Coutinho; o do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, o de São Paulo, Geraldo Alckmin, o ex-governador do Espírito Santo, Casa Grande. Houve, também, as presenças de senadores como Lídice da Mata, presidente de nosso partido, Capiberibe, Aécio Neves; vários deputados federais como Bebeto, o ministro da Defesa, Jaques Wagner e mais políticos.

Enfim, hoje foi o dia de celebrar a vida, os 50 anos de Eduardo, com tristeza obviamente, porque a perda do nosso líder, certamente, deixará saudade. Mas celebramos, sim, o homem que significou Eduardo Campos, pai, marido zeloso e, também, um grande líder com capacidade de aglutinar, com uma extraordinária capacidade de gestão e com uma alegria de viver. Ele soube, naquele momento, apontar rumos para o nosso País diante da crise cujo início já se ensejava.

Eduardo Campos soube liderar o partido e sua liderança jovem significou a esperança na política. Eduardo, certamente, deixará saudades. E, hoje, no momento de crise em que vivemos, ele saberia, com a sua capacidade de formar consensos, ser uma ferramenta para encontrarmos a solução ou, pelo menos, para que o nosso País pudesse seguir em frente.

Certamente, todos nós necessitamos combater a corrupção e defender a ética. Mas, como disse o ministro Jaques Wagner, as investigações precisam seguir e o País também.

Lá, estiveram inúmeras lideranças, inclusive aquela que compôs a chapa à Presidência da República, Marina Silva, onde, exatamente, exaltou o estilo Eduardo de ser, pois o mesmo combatia a injustiça com amor. E, segundo palavras de Marina, quando se combate a injustiça sem amor, o que se está fazendo é vingança.

Na verdade, Eduardo é um exemplo de homem que, certamente, continuará a inspirar muitos brasileiros. Talvez, neste momento de crise, as lideranças de todos os partidos deste País, presentes ao ato, inspirem-se nele. Neste momento, ele faria 50 anos de vida hoje, mas faleceu 3 dias após o seu aniversário, ao completar 49 anos de idade, em um desastre aéreo e deixou atônitos a todos nós.

Deputado Herzem, certamente, nós, talvez, poderemos nos inspirar no exemplo que Eduardo Campos nos deixou através de seus legados como deputado, governador, ministro e candidato à Presidência República. E, assim, poderíamos pensar um pouco mais em nosso País, a fim de deixar as diferenças que, hoje, nos separam de lado. Mas, por outro lado, essas diferenças são importantes, porque a democracia é feita de debates, deputada Luiza Maia. No entanto, devemos fazer com que o Brasil saia desta crise e, assim, se agigantem as lideranças políticas para encontrarmos as soluções.

Certamente, deixamos, hoje, a frase de Eduardo, pois esta nunca foi tão atual.

Quero, em nome do PSB e desta Casa Legislativa, continuar com a sua mensagem e o seu legado. Não vamos desistir do Brasil não! Vamos enfrentar a crise. Vamos juntos superá-la e mostrar que a grandeza de políticos é superior e pode, sim, tirar o Brasil desta crise.

Viva Eduardo Campos! Viva o Brasil!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zó pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente demais colegas deputados e deputadas, quero, nesse momento, fazer um registro de agradecimento a esta Casa Legislativa. Eu e o deputado Bobô não tivemos a oportunidade de voltar, agradecer o presidente da Casa pela presença, nós, sexta-feira, entregamos o Título de Cidadão, outorgado por esta Casa, ao prefeito Isaac Carvalho, em Juazeiro da Bahia. Uma solenidade extremamente concorrida, com diversas lideranças de diversas cidades do Estado da Bahia, e até de fora do Estado da Bahia, da vizinha cidade de Petrolina e de algumas cidades do Pernambuco, ali próximo.

Título merecido pelos números que a cidade de Juazeiro apresenta, Juazeiro é a quarta cidade do Brasil em geração de emprego, a primeira no Nordeste e naturalmente isso vai avançar mais ainda. Nós vamos, até dezembro, inaugurar um shopping naquela cidade, que vai gerar, pelo menos, pouco mais de dois mil empregos diretos, e uma mina de cobre que também está com perspectiva para inaugurar, ainda em 2016, através da Mineração Caraíba.

Quero ressaltar que, junto com o deputado Bobô, e aí, mérito do deputado Bobô, articulação do deputado Bobô, estivemos juntos na cidade de Itiúba, meu querido amigo Luciano Simões Filho, fazendo a filiação da ex-prefeita Cecília, filiação que nos honra muito pela história da ex-prefeita Cecília, pelo trabalho que ela fez, pela gestão que ela fez.

Mas, quero agradecer ao deputado Bobô por essa articulação, por ter trazido a ex-prefeita Cecília, fui lá prestigiar o evento de filiação, convidado pelo deputado Bobô, junto com o deputado federal Daniel Almeida, junto com o prefeito Isaac Carvalho, junto com diversas lideranças. No sábado à tarde ainda filiamos, junto com a ex-prefeita Cecília, vieram diversas lideranças também daquela região e daquela cidade, que se filiaram ao partido.

Quero salientar que à tarde, em Jaguarari, fizemos mais outro grande número de filiações, filiamos o comerciante, empresário Bruno Ramalho, que foi responsável por me ajudar na votação de 1.138 votos, na cidade de Jaguarari.

E o PCdoB vai seguir abrindo as suas portas para diversas lideranças que estejam à vontade para procurar o Partido Comunista do Brasil, porque nesse momento é hora de arregimentar forças, arregaçar as mangas e defender os interesses

da Bahia, da Região Norte e do Brasil.

Quero dizer aos demais colegas e colegas que nós vamos ter a honra de sexta-feira estar recebendo a presidente Dilma, na cidade de Juazeiro. Garanto que vai ser uma festa grande, porque lá a presidenta, junto com o ex-presidente Lula, já autorizou a construção de 10.000 casas urbanas, com mais 1.000 casas rurais. Dessas nós já entregamos mais de cinco mil casas, vai estar, provavelmente, inaugurando casas, vai estar também vistoriando uma obra quase concluída, de 125 Km, entre a cidade de Juazeiro e a cidade de Uauá, da BR-235. Provavelmente também estará se discutindo a inauguração da Escola Técnica Federal, sonho da cidade de Juazeiro e da região, há mais de 30 anos, visto que na cidade de Petrolina, no Pernambuco, essa escola já existe há mais de 30 anos.

E a gente recebe essa obra da Escola Técnica Federal, em Juazeiro, com muita satisfação, no momento em que a cidade precisa qualificar a sua população e a população da região para continuar gerando emprego, como Juazeiro tem gerado, que atende não somente Juazeiro, mas atende toda a região.

Então, são coisas importantes que aconteceram na nossa cidade, na nossa região, crescimento do nosso partido, do PCdoB, crescimento das forças de esquerda, crescimento dos interesses daquela cidade. E a gente vai estar sexta-feira, estamos convidando todos os deputados, independente de posição política, para inaugurar mais 1.500 casas do Minha Casa Minha Vida para as pessoas de renda de zero a três salários mínimos, pessoas que não têm, grande parte delas, condições de moradia digna, mas que vão receber, através das mãos da Presidente Dilma, das mãos do governador Rui Costa, da mão do prefeito Isaac e também das mãos dos deputados federais, estaduais que estiverem lá presentes.

Então, queria deixar um grande abraço, um convite e agradecer a Bruno Ramalho, a Cecília e a todos que se filiaram ao PCdoB, dizendo que o PCdoB continua com as portas abertas para discutir novas filiações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano e depois o deputado Bira Corôa.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, hoje, nesta segunda-feira, ao abrir o Jornal A Tarde, e na condição de advogado militante, não poderia deixar de repercutir nesta tribuna a entrevista do colega Luiz Viana Queiroz, presidente da OAB, secção Bahia.

O presidente colocou a OAB, nesta entrevista, no lugar em que a OAB – uma das instituições mais respeitadas deste País – sempre esteve e sempre deveria estar. Na linha da defesa da cidadania; na linha da defesa do regime democrático; na linha, sobretudo, da independência da instituição frente aos poderes, e apontando os erros que podem atingir o cidadão.

O presidente diz que advogar na justiça baiana é um inferno. Uma frase um tanto quanto dura para se referir à crítica dessa instituição a um dos poderes do Estado. Mas, na sua inteligência, e usando da prerrogativa do cargo, usando sobretudo da independência que o cargo lhe permite, como uma lâmina cirúrgica, o Dr. Luiz Viana fez uma análise mais que perfeita da situação pela qual vive o Judiciário baiano. Um dos piores do Brasil. Aponta os seus defeitos; aponta os seus problemas, mas, sobretudo – o que mais me chama a atenção nesta sua entrevista, nesta sua fala – coloca aquilo que é compreendido por todos: O Estado é uno e é de responsabilidade dos poderes. Apesar da sua independência, o Estado é único e é uno.

Então, a crise pela qual atravessa o Judiciário baiano não é uma crise localizada de um poder apenas, é uma crise política; é uma crise de Estado; é uma crise de falta de gestão de todos os poderes que abrange o Estado, que abrange a democracia. Por isso, quero aqui repercutir e para poder conclamar o Poder Executivo e o Poder Legislativo, para que possamos, Legislativo e Executivo, assumirmos a nossa responsabilidade sobre essa crise pela qual passa o Judiciário baiano. Porque, ela não é só do Judiciário. Ela é uma crise financeira; ela é uma crise de gestão; ela é uma crise que atinge, volto a dizer e repetir as palavras do presidente, que atinge em cheio a cidadania do povo baiano.

E o governador não pode simplesmente se afastar dela; não pode simplesmente desconhecer essa crise e terceirizar como se fosse responsabilidade exclusiva do Poder Judiciário. Por isso, repercuto essa entrevista, e coloco novamente como de suma importância, e como a OAB está aqui bem representada, independente, ativa, sobretudo ciosa daquilo que sempre foi: a defensora da democracia, a defensora do povo baiano e do povo brasileiro. Por isso parabeno a OAB por esse ato de independência, de coragem, frente aos Poderes do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das Galerias Paulo Jackson, neste momento, volto a pedir, porque fiz uma promessa de que sempre que subisse a esta tribuna pediria ao presidente da Casa que colocasse os nossos projetos na pauta das sessões e não temos visto acontecer nada. O presidente Marcelo Nilo ensaiou, criou uma comissão. O presidente Fabrício é o presidente dessa comissão que receberia os projetos mais urgentes e definidos como prioridades pelos deputados, mas as coisas não andaram.

Temos aí vários projetos de interesse da nossa comunidade, de forma muito especial para o trabalho e a luta das mulheres. E quero voltar a fazer essa solicitação ao deputado que preside a sessão no momento.

Aproveito para parabenizar todos os pais pela passagem do dia de ontem.

Sabemos que o Dia dos Pais é uma festa do comércio, mas as famílias e o Brasil já assimilaram essa data como importante. E, no momento em que parabenizamos todos os pais, lembramos a esta Casa que 40% dos lares brasileiros, hoje, são chefiados por mulheres que também exercem o papel de mãe e de pai e que merecem também a nossa homenagem pela passagem desse dia.

Quero lamentar, Sr. Presidente, a deputada Fabíola não está aqui, mas quero fazer minhas as palavras da deputada Moema e dizer da minha decepção pela fala da senadora Lídice da Mata em relação à questão da Dilma. Acho que as mulheres da esquerda precisam se unir. A questão do ataque da esquerda na América Latina, não é só uma coisa do Brasil. Temos assistido aí os ataques que a mídia conservadora, que a direita conservadora que tem seguido as orientações do império norte-americano, tem feito com os governos de esquerda e, de forma muito especial, com as mulheres.

Então sabemos que a crise econômica que o Brasil vive não foi criada pela presidenta Dilma, não é ela que comanda o sistema capitalista. Estamos vendo a presidenta do Chile, Bachelet, também sofrendo esse tipo de ataques.

Fiquei muito decepcionada com a fala da nossa querida senadora Lídice sobre a história de como é que a Dilma vai cair. E acho que ela deveria se juntar às forças da esquerda, principalmente às mulheres, para combater o machismo. Sabemos que por trás de toda essa discussão sobre a queda e o impeachment da presidenta, ainda tem o viés machista que não é uma coisa simples.

É a segunda vez que eu me decepção com as falas da senadora Lídice da Mata. A primeira foi quando ela – hoje as mulheres lutam para ter autonomia financeira e social – ela me vem com um projeto pedindo que as amantes requeressem pensão dos seus amados. Espero que a senadora reflita sobre essa sua postura e essa sua fala e reveja esse seu conceito.

Quero registrar também que, sexta-feira, na cidade de Camaçari, fizemos um encontro importante de mulheres. Essa semana será realizada, em Brasília, a Marcha das Margaridas que também prestará o seu apoio, a sua solidariedade, à nossa presidenta Dilma pelo momento difícil que ela vive. As mulheres de Camaçari irão também em caravana participar dessa marcha. E tivemos um bate-papo muito interessante sobre o nosso município – a sociedade baiana conhece as dificuldades que município de Camaçari passa hoje. E as mais de 200 mulheres nesse encontro se colocaram, como sempre, à disposição para que enfrentemos esse debate, essa discussão, e achemos o rumo do desenvolvimento, do crescimento que Camaçari havia implementado desde 2005, mas que, infelizmente, foi interrompido.

Queria agora também, Sr. Presidente, fazer uma denúncia. Vimos na imprensa que Eduardo Cunha, esse presidente meio louco que assumiu a presidência da Câmara Federal, usou uma empresa para espionar os seus rivais. Está no site do colunista Bocão News dizendo que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, estaria usando o contrato secreto da CPI da Petrobras com a empresa inglesa Kroll para investigar seus adversários. A tática teria se iniciado após ele ser acusado

por Júlio Camargo de ter recebido 5 milhões de propina.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos e, em seguida, o deputado Pablo Barrozo para encerrar.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} Servidores desta Casa, visitantes, queria entender a faixa “Ajudem nossas tias”, queria saber qual a reivindicação aqui apresentada para que pudéssemos referendar.

Sr. Presidente, primeiro, quero trazer para esta Casa uma informação importante, no último dia 06, a comissão da Fiol, conduzida pela deputada Ivana Bastos, esteve em uma reunião estratégica, importante, numa audiência com a presidenta do Ibama discutindo a licença para a viabilização das obras do Porto Sul e da Fiol. Acompanhei essa comitiva por duas vezes. E, nessa última, saímos de Brasília bastante satisfeitos com o encaminhamento, já que o Ibama reconhece que não há nenhuma agressão ambiental e que a viabilidade da obra é possível e extremamente necessária para o desenvolvimento da economia do nosso Estado. Consequentemente, com a reafirmação do eixo de interligação entre o Oeste e o Leste, permitindo que através do território baiano possa ser carregada e conduzida por via marítima a produção do nosso Estado. Também irá criar um mecanismo e um vetor de desenvolvimento e de fluxo de produção dos estados vizinhos, como Minas Gérias. Faço essa notificação pela tamanha importância que se deu.

E aproveito para chamar a atenção de todos sobre o momento em que estamos vivendo no contexto socioeconômico e político do nosso País. Sem nenhuma preocupação de abrir o debate e a discussão em detrimento das condições que estão sendo implementadas e impostas à presidenta Dilma numa perspectiva de tentar quebrar o direito democrático que a conduziu pela segunda vez ao governo deste País. Não tenho dúvida alguma de que há um interesse maior do capital internacional na perspectiva de destruir as empresas nacionais. Não estou abrindo mão desse contexto, porque, hoje, no mundo capitalista, sem dúvida nenhuma, o Brasil passa a concorrer externamente com multinacionais de dentro para fora, competindo com as grandes empresas internacionais. E isso, sem dúvida nenhuma, tem levado ao financiamento de uma campanha insana na tentativa de atacar a presidenta Dilma, o PT e, consequentemente, quebrar a economia brasileira. E não podemos perder de vista e abrir mão desse debate junto à sociedade.

É por isso que, no próximo dia 20, o povo baiano estará nas ruas reafirmando o direito da democracia e a consolidação desse momento de crescimento do País e da estrutura que permitiu que trabalhadores e trabalhadoras fossem valorizados a partir do crescimento salarial, que cidadãos desse país, homens e mulheres, pudessem ter acesso a direitos constitucionais de cidadania na educação, na saúde, no direito à moradia, dentre outros serviços que antes não eram oferecidos à população e a permissão ao direito constitucional das classes D e E tornar-se consumidora neste

país, que antes eram expurgadas do contexto e do perfil econômico do nosso país.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, e por fim, quero destacar que aqui também foi pontuada a convocação que está sendo feita no Detran em relação à reposição de servidores para melhorar a prestação de serviço no interior. A convocação por seleção curricular não fere nenhum dos princípios porque está aí dentro dos rendimentos que também é reconhecido pelo nosso Estado.

Quero dizer que a crítica que se faz é interessante porque hoje é publicado no Diário Oficial e é convocada; antes sequer a sociedade tinha acesso à informação da forma e do modelo que era feita a colocação, que eram bens de direito e de indicações de interesse político e não aberto ao interesse da sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encerrar o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Imprensa, Galerias, amigos que nos estão assistindo através da TV Assembleia, gostaria de iniciarmos a nossa semana, os nossos trabalhos legislativos, de lembrar e aí trago uma reflexão a todos nós, aos nossos colegas, dos últimos meses que tanto aqui na Casa como o PT e o governo nacional tem-nos trazido à tona a importância da união do nosso país, a importância da união de nós que fazemos política, deputado Luciano Ribeiro, em prol do nosso país, que está passando por momentos difíceis e de dificuldades enormes. O PT infelizmente está perdido que nem barata tonta.

O PT não tem discurso, não tem apoio popular e não tem projeto para os governos que são responsabilizados e que têm responsabilidade no seio do partido. Vemos o discurso e aqui por diversas vezes vi colegas nossos ligados ao Partido dos Trabalhadores dizendo que precisavam discutir, deputado Bira Corôa, um projeto político para o nosso Estado, um projeto político para o Brasil para sairmos dessa crise. A crise e a responsabilidade dela é fruto de mais de 12 anos do governo federal e de mais de 8 anos, e aí estamos entrando no nono ano do governo estadual, governos esses que não se responsabilizam com a população e não se responsabilizam com a verdade. Vimos aqui vocês pregarem a união. Infelizmente, o programa eleitoral do Partido dos Trabalhadores, salvo engano, na última quinta-feira, pregou mais uma vez a divisão do nosso país entre pobres e ricos, entre panelados e despanelados, entre as pessoas que vêem na Dilma o exemplo da incompetência e da desmoralização do nosso país e aqueles que vêem na Dilma a forma de se segurar e segurar o emprego através da boquinha, deputado Herzem Gusmão, através da inércia e da incapacidade.

Antigamente, eu ouvia dos meus pais e ouço até hoje que nós para crescermos na vida tínhamos que estudar ou trabalhar muito. Hoje está todo mundo querendo

entrar na boquinha, que é a forma petista de governar. Estão tão perdidos que agora vêm com esse discurso da mulher, como se estivéssemos aqui a agredir uma mulher. Quem tem mãe e uma boa mãe sabe muito bem que a mulher tem que ser respeitada. Agora, presidente da República sendo mulher ou homem tem que respeitar o povo e tem que agir de acordo com o que a população precisa. Não adianta esconder, no fato de ser mulher, a roubalheira, a incompetência que se instala lá no governo federal. Não adianta esconder o governo do Estado na incompetência, na roubalheira do governo federal.

O Governador Rui Costa está no mandato há pelo menos 8 meses e não mostrou para que veio. O governo está sem projetos, não tem um recurso, não tem nenhuma obra no interior do Estado. Visita os municípios, diz que a prioridade é educação, visita os colégios, mas não mostrou para o que veio. Não traz benefícios nenhum, deputado Luciano. E aí está a importância da CPI que o nobre deputado propôs, porque mostra o tanto de obras que estão paradas, que começaram – inclusive muitas – com gastos do dinheiro público, que é nosso. Elas estão paralisadas, no governo do Estado. Enquanto isso, o governador aparece na televisão e a propaganda mostra a Bahia como se ela estivesse linda e maravilhosa.

Na semana passada, deputado Herzem, vimos uma propaganda impressionante da ferrovia Oeste-Leste, da FIOCRUZ, veiculada pelo governo federal, como se a ferrovia estivesse andando a passos longos, e você vê a ferrovia parada. É o governo da espuma, o governo da propaganda e da enganagem. E agora eles estão aqui a querer dizer que estamos debatendo e acusando porque a presidenta Dilma é mulher.

Nós estamos aqui só fiscalizando e fazendo o nosso papel de deputados de oposição, mostrando a realidade, mostrando os 93% da população brasileira que quer a Dilma no lugar de onde ela nunca deveria ter saído. Ela tem que voltar para as ruas e começar a ouvir o povo, porque na presidência da República não tem mais lugar para.

E essas pessoas que cresceram com a ajuda do esquema de beneficiamentos do governo do Estado estão com os dias contados.

Portanto, eu gostaria de fazer aqui um apelo aos amigos do PT que ainda tem um pouquinho de consciência: botem as mãos na cabeça e façam a mea culpa que Aloísio Mercadante fez na semana passada. Parem com essa história de dividir o País, parem com essa forma agressiva com que vocês entraram na casa das pessoas, semana passada, através da propaganda eleitoral gratuita, pois isso não vai melhorar o País em nada. Se querem discutir um projeto, para o País, sejam um pouquinho mais humildes e vamos trabalhar juntos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Como não há número suficiente para

continuidade da presente sessão, tendo apenas a presença de 9 deputados, declaro encerrada a mesma.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php> Acesse e leia-as na íntegra.